

**A REFERENCIAÇÃO NO CASO RICHTHOFEN: UMA ANÁLISE
LINGÜÍSTICO-
DISCURSIVA DA PRIMEIRA REPORTAGEM DA REVISTA VEJA SOBRE O
CRIME.**

**REFERENTIAL PROCESS IN RICHTHOFEN CASE: A DISCOURSIIVE
ANALYSIS IN THE FIRST ARTICLE PUBLISHED BY VEJA MAGAZINE
ABOUT THE CRIME.**

Suany Oliveira de Moraes¹

“Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista,
diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto”.
(Ferdinand de Saussure)

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar, com base nos estudos sobre a referenciação, a primeira Reportagem da Revista Veja, publicada no dia 13 de novembro de 2002, sobre Suzane Von Richthofen. Este artigo vai ocupar-se apenas de alguns processos de referenciação, especialmente, das nominalizações e dos encapsulamentos.

PALAVRAS-CHAVE: Referenciação, Suzane Richthofen, Revista Veja.

ABSTRACT: The objective of this present paper is to analyse, by the studies of referential process, the first article published by Veja magazine on 13th, November, 2002, about Suzane Von Richthofen. This paper will only focus some referential aspects, specially, the nominal expressions and the anaphoric encapsulations.

KEYWORDS: Referential process, Suzane Richthofen, Veja magazine.

¹ A autora é aluna regular do Mestrado em Estudos de Linguagens da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul). O artigo foi elaborado, no segundo semestre de 2007, para fins de conclusão da disciplina Lingüística Textual, ministrada pela Prof.^a Dr.^a Maria Emília Borges Daniel. Segue o endereço eletrônico para eventuais contatos: suanymoraes@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este artigo visa à aplicação de alguns conceitos da Lingüística Textual, especificamente, de algumas estratégias de referenciação e orientação argumentativa na primeira reportagem da Revista Veja - que é a revista mais lida no país, segundo informações disponíveis no site da editora Abril – sobre o caso Richthofen, datada do dia 13 de novembro de 2002.

O presente estudo pretende mostrar mais detalhadamente o processo de referenciação por meio de duas estratégias lingüístico-discursivas: as descrições nominais e o encapsulamento. A reportagem selecionada diz respeito ao assassinato do casal Richthofen, em 31 de outubro de 2002 e que teve a participação de Suzane Von Richthofen, uma jovem de então dezenove anos, estudante de Direito na PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica), filha do casal e a de Daniel Cravinhos, que na época era o namorado de Suzane e Cristian Cravinhos, irmão de Daniel. Dada a tamanha repercussão do crime, em todos os meios de comunicação do país (impressos e televisivos), o assassinato ficou conhecido como o caso Richthofen. Tal crime foi primeiramente publicado em 02 (duas) páginas, na edição 1777 da revista Veja, treze dias após o ocorrido. E essa reportagem foi selecionada para compor a seção de crimes da revista Veja daquela semana.

Privilegiaremos apenas as duas estratégias de referenciação acima citadas, buscando mostrar como a revista Veja, que é a enunciadora do caso, ou seja, que assume, socialmente e discursivamente, o papel de contar a história ao seu público-leitor, o enunciatário, por assim dizer, “constrói” a realidade sobre o sujeito Suzane Von Richthofen e o crime no qual ela se envolve. A análise lingüístico-discursiva, proposta nesse trabalho, tem importância na medida em que o assassinato de um casal em outubro de 2002 é tratado, desde a sua primeira publicação, com determinadas construções lingüísticas que nos mostram o modo pelo qual Veja “enxerga” ou “categoriza” o sujeito (Suzane Richthofen) e o crime por ela cometido. Entretanto, em função da delimitação teórica, mesmo considerando a importância de todos os elementos do texto, inclusive dos elementos não-verbais (as fotos), no seu processo de significação global, esse artigo vai

contemplar uma análise apenas da referenciação textual que diz respeito ao sujeito que mais ganha evidência nessa reportagem. O modo como a enunciadora trata o caso, desde o princípio, chama atenção do público-leitor, porque se percebem estratégias de efeitos discursivos até mesmo no título da reportagem. Didaticamente, a análise desse trabalho será mostrada pelas seguintes partes constitutivas da reportagem: primeiramente, o título e o subtítulo e depois, a análise de cada um dos quatro parágrafos do texto que compõem a reportagem. Para aqueles que desejarem ler a primeira publicação do caso Richthofen pela Revista Veja, a referência bibliográfica da reportagem em questão encontra-se ao final desse trabalho.

2. DESCRIÇÕES NOMINAIS E ENCAPSULAMENTO – A REFERENCIAÇÃO NO CASO RICHTHOFEN

2.1 O TÍTULO: **ELA** MATOU OS PRÓPRIOS PAIS

A Reportagem, intitulada “Ela matou os próprios pais”, sobre o caso de Suzane Von Richthofen estrutura-se de modo bem interessante, começando pelo título. É inegável que o título de um texto particulariza, direciona, delimita ou singulariza o assunto tratado. Melhor ainda se o título consegue despertar o “querer-saber”, a curiosidade de quem com ele dialogar, do leitor mais especificamente. E Veja não se priva de fazer uso da referenciação no próprio título. O nome de qualquer texto já serve de elemento catafórico², pois ele oferece uma informação “parcial” que será retomada mais adiante, ou seja, é fazendo a leitura integral ou “passeando pelo texto” que se torna possível estabelecer as relações de sentido entre o título e o assunto discorrido. Veja vai mais longe. Além de construir um título impactante por natureza (Ela matou os próprios pais), o que gera curiosidade, o uso do pronome de terceira pessoa “ela” só será referenciado após a busca de mais informações, garantindo, assim, a manutenção da dramaticidade já construída no nome da reportagem, não só pelo uso do pronome pessoal feminino, mas também pelo

² A catáfora e a anáfora dizem respeito à coesão textual, mais particularmente, à coesão referencial. Anáfora e catáfora integram o processo denominado diafórico. Ambas as expressões representam movimentos de remissão do texto. Quando a remissão é feita para frente, no caso do título em relação ao texto propriamente, chama-se catáfora. Quando a remissão é feita para trás, no caso do subtítulo em relação ao título, chama-se anáfora. Isso é o que Koch chama de coesão referencial “aquela em que um componente da superfície do texto remissão a outro (s) elemento (s) do universo textual” (apud BENTES, 2001).

uso do pronome de caráter possessivo “próprios”, afinal, matar os próprios pais é muito mais chocante, gera mais tensão do que matar os pais de outrem. Segundo Elisa Guimarães, o título tem valor não só chamativo, mas também persuasivo (2004 : 50-51), “Parte componente e importante da mensagem, o título é um fator estratégico da articulação do texto, podendo desempenhar tanto função factual e de chamada como função poética e expressiva. (...) não são, por conseguinte, meros artifícios publicitários.”

2.1.1 O SUBTÍTULO: **ADOLESCENTE** AJUDA NAMORADO A ROUBAR E ASSASSINAR O PAI E A MÃE NO QUARTO EM QUE DORMIAM

Segundo o que Veja nos propõe como leitura, analisaremos o subtítulo da reportagem, que também acaba por estabelecer sentidos entre o título e o assunto propriamente dito. “Os subtítulos desempenham um papel análogo ao dos títulos, realçando os elementos de significação do texto e, principalmente, facilitando a retenção do conteúdo, tal como acontece, por exemplo, no texto de natureza didática”. (GUIMARÃES, 2004, p. 51) O processamento do discurso é um processamento estratégico. Sob esse ponto de vista, as marcas lingüísticas dos enunciados remetem a construções que se constituem não como meros referentes, mas como objetos-de-discurso. De acordo com Koch,

[...] “Os objetos-de-discurso não se confundem com a realidade extralingüística, mas (re) constroem-na no próprio processo de interação: a realidade é construída, mantida e alterada não apenas pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como sociocognitivamente, interagimos com ele. Interpretamos e construímos nosso mundo com o entorno físico, social e cultural.” (KOCH, 2005, p. 33-34).

Nesse sentido, Veja estabelece uma ligação clara entre os dois elementos introdutórios da reportagem (o título e o subtítulo, este também conhecido por “olho da notícia” ou da reportagem, já que ele “abre” o fato noticioso com informações básicas e sintetizadas). Ainda no subtítulo, não temos o nome de quem cometeu o crime citado, ou seja, não sabemos quem, exatamente, é o assassino da história. Contudo, o “ela” do título é

retomado, anaforicamente³, pelo nome “adolescente”, oferecendo ao leitor uma informação a mais sobre o perfil do assassino. Então, temos agora duas informações acerca dele: trata-se de uma pessoa do sexo feminino e, além disso, temos a informação em relação à sua faixa etária, uma jovem, adolescente. O uso da palavra “adolescente” descreve nominalmente o assassino do caso Richthofen. É importante salientar que o texto ao construir uma remissão desse tipo (a remissão por meio de formas nominais), promove também a chamada “progressão textual”. O texto então caminha, movimenta-se o tempo todo, num “vaivém”, formando uma rede de relações que representa “o todo de sentido”, uma unidade. Trata-se de um jogo bem equilibrado entre informações novas, adicionais e informações dadas, retomadas. “É a rede de relações estabelecida nesse movimento dúplice que permitirá captar o sentido do texto, e distinguir suas unidades constitutivas” (GUIMARÃES, 2004, p. 22).

2.2 PRIMEIRO PARÁGRAFO

Vale reafirmar que, mesmo sabendo que o texto oferece uma rica construção referencial de vários outros objetos-de-discurso, serão considerados apenas o modo como a revista *Veja* apresenta-nos Suzane e, principalmente, como a enunciativa “categoriza” o crime de matricídio e parricídio ocorrido em 2002.

O engenheiro Manfred Von Richthofen, de 49 anos, e sua mulher, a psiquiatra Marísia, foram mortos a golpes de barras de ferro no quarto do casal, numa casa confortável no Campo Belo, bairro de classe média alta de São Paulo, duas semanas atrás. Na sexta-feira passada, a polícia paulista apresentou os **autores do duplo homicídio: a filha do casal, Suzane Louise Von Richthofen, de 19 anos**, seu namorado, Daniel Cravinhos de Paula e Silva, de 21, e o irmão deste, Cristian, de 26. **Os detalhes do crime**, revelado nas **confissões dos assassinos**, causam horror e incredulidade. **Que desvio de comportamento pode explicar a atitude da jovem que participou do massacre dos próprios pais?** O crime foi cometido pouco depois da meia-noite. Acompanhada de Daniel e Cristian, **Suzane** estacionou seu carro na garagem de casa e foi verificar se os pais estavam dormindo. **Desligou**, então, o sistema de alarme e acendeu a luz do corredor, para facilitar o acesso ao casal. **Ela** ainda pegou luvas cirúrgicas que pertenciam à mãe e as meias femininas com as quais **os assassinos** cobriram o rosto. Daniel matou o pai da namorada.

³ A noção de anáfora já foi explicitada na nota anterior, a nota que consta da informação acerca da catáfora.

Seu irmão, a mãe, que ainda tentou defender-se e teve as mãos fraturadas com os golpes. Cristian terminou por matá-la por estrangulamento. (VEJA, 2002, p. 108, grifo nosso).

Analisemos o primeiro parágrafo. Percebe-se que o nome daquela adolescente mencionado no subtítulo da reportagem é retomado, anaforicamente, por meio da remissão nominal “a filha do casal” e logo após essa remissão aparece, pela primeira vez no texto, o nome completo da assassina, uma outra remissão. Interessante é ainda notar como é construído também pela primeira vez o chamado “encapsulamento” ou uma espécie de “anáfora complexa” no enunciado “autores do duplo homicídio”. Aqui não só a expressão veicula uma informação dada, já oferecida pelo co-texto, mas também oferece ao leitor uma informação nova, porque o perfil dos criminosos começa a ser “recategorizado” de uma forma mais detalhada. O crime é construído com certo grau de formalidade, gerando maior dramaticidade, já que é dada a “autoria” do crime, ou melhor, dos crimes: o duplo homicídio.

Expliquemos mais detalhadamente sobre isso. É inegável que determinadas escolhas lexicais, expressões nominais e outras formas lingüísticas trazem as marcas discursivas (opiniões, crenças, valores e atitudes) de quem as enuncia, ou seja, do produtor do texto, o que o auxilia na construção do sentido, na orientação argumentativa do enunciado. Os encapsulamentos são formas de remissão textual, por meio de formas nominais, que cumprem o papel de “recategorizar” não exatamente um segmento específico do co-texto, mas sumariza ou rotula referentes textuais mais abstratos e genéricos, inespecíficos na materialidade textual. Retomemos o exemplo já citado. O primeiro parágrafo do texto apresenta como rotulação a expressão “autores do duplo homicídio”. Tal expressão não remete exatamente a uma outra de forma direta, específica, mas sim ao fato de um casal ter sido morto em São Paulo num determinado dia.

Depois, é dito “detalhes do crime” e “confissões dos assassinos”. A palavra “crime” e a palavra “assassinos” são mencionadas pela primeira vez. De autores do duplo homicídio a assassinos. Houve uma nova “recategorização” tanto de Suzane (assassina) quanto do crime no qual ela se envolve (por extensão, assassinato, embora essa palavra não tenha sido expressa no co-texto). Vamos dar prosseguimento à análise. Há, ainda nesse

parágrafo, um outro rótulo em relação à Suzane e ao crime em si. “Que desvio de comportamento pode explicar a atitude da jovem que participou do massacre dos próprios pais?” Agora o crime é novamente “recategorizado” de outra forma. Trata-se de um massacre e a criminosa apresenta desvio de comportamento a ser investigado, e o leitor é questionado a, junto à revista, compartilhar dessa reflexão ou pelo menos dessa indagação proposta pela Veja. Isso é uma estratégia argumentativa bastante envolvente entre o enunciador e o enunciatário mediada pelo texto. Mais à frente, Veja parece estar mais à vontade ao se referir à Suzane Von Richthofen, demonstrando mais intimidade, pois deixa de lado o seu nome completo e a chama apenas de Suzane ou pelo pronome “ela”. Para finalizar essa primeira parte, notemos que há no enunciado “Desligou, então, o sistema de alarme e acendeu a luz do corredor”, uma construção elíptica do sujeito. Pelo fato de o sujeito – Suzane – já ter sido explicitado anteriormente, preferiu-se a retomada por meio da elipse, o que constitui um recurso coesivo ao texto, evitando, assim, a repetição desnecessária do nome Suzane. “Em geral, a elipse só é possível quando o elemento elidido é perfeitamente identificável, seja intra, seja extratextualmente” (GUIMARÃES, 2004, p. 34).

2.3 SEGUNDO PARÁGRAFO

Faremos agora uma análise do segundo parágrafo da mesma reportagem. Verificaremos, então, se a revista mantém os mesmos objetos-de-discurso ou se ela (re) constrói outros em sua superfície (materialidade) textual.

Enquanto os pais eram mortos, **Suzane** se apropriava do dinheiro guardado na biblioteca – 5.000 dólares e 8.000 reais. Após o **crime**, **ela** e o namorado foram a um motel, numa tentativa de forjar um álibi. Depois foram buscar o irmão **dela**, Andreas, de 15 anos, que estava numa casa de jogos eletrônicos. Ao chegar em casa, **ela** simulou o choque com a morte dos pais e chamou a polícia. **A farsa ficou evidente** a partir de contradições em que caíram **os suspeitos**. **A convicção se reforçou** quando a polícia descobriu que o irmão do namorado da **moça**, Cristian, pagou em dólares por uma motocicleta, apenas dez horas após o **crime**. Confrontados com os indícios, **os assassinos** confessaram na madrugada de sexta-feira. **Suzane** disse à polícia que matou os pais "por amor", pois eles se opunham a seu namoro com Daniel. O que transformou **uma**

banal desavença familiar num crime odioso foram a vida dupla de **Suzane** e seu envolvimento com o mundo de delitos e drogas dos irmãos Daniel e Cristian. A família Von Richthofen tinha um padrão de vida de alta classe média. Nascido na Alemanha, Manfred era sobrinho-neto do lendário piloto da I Guerra conhecido como Barão Vermelho. **Suzane** estudou numa escola de elite e cursava o 1º ano de direito na Pontifícia Universidade Católica. Tinha um carro novo, que ganhou de presente do pai, uma mesada generosa e passava as férias com a família na Europa. Há três anos, **ela** conheceu Daniel, apresentado por um amigo comum. (VEJA, 2002, p. 108-109, grifo nosso).

Bem, o segundo parágrafo inicia-se com o nome Suzane, que é repetido mais três vezes. Também construídos anaforicamente são as palavras “crime”, o pronome pessoal “ela” e o possessivo “dela”, ao se referir ao irmão de Suzane. Privilegiaremos, então, aquilo que for de novo para o texto e para a análise. Em “a farsa ficou evidente” tem-se um outro rótulo. E podemos observar que, nesse enunciado, tem-se um rótulo avaliativo, já que o enunciador “sumariza” toda a ação criminosa como uma farsa, que é a seguir reforçada por uma “convicção”, segundo o texto. Tem-se, então, a convicção reforçada pela polícia e pela Veja que o crime foi premeditado. Percebe-se, claramente, o valor persuasivo dessa remissão por parte do produtor do texto. Suzane então é uma farsante e não mais mera “suspeita”. O texto volta a remeter ao “crime” e aos “assassinos”, entretanto, mais à frente “recategoriza” o crime, atribuindo-lhe um novo sentido: “crime odioso”, dadas as considerações anteriores sobre a “farsa”. Essa nominalização ou descrição nominal traz bem demarcada a opinião da Veja, acerca do caso, como a responsável pela produção do discurso. Notemos que a palavra “moça” foi escrita pela primeira vez em “namorado da moça” após Suzane ter sido nominalizada como “suspeita”. Vejamos que, no próximo parágrafo (o terceiro), Veja volta a falar em “moça”, mas com maior orientação argumentativa ou peso argumentativo.

2.4 TERCEIRO PARÁGRAFO

Vimos nas análises anteriores que o primeiro parágrafo apresenta uma maior variedade de construção referencial do que o segundo. Mas, nem por isso, a segunda parte do texto deixa de apresentar seu valor persuasivo. Procederemos, então, à análise do terceiro parágrafo da reportagem.

A princípio os pais de Suzane não se opuseram ao relacionamento. Eles demoraram cinco meses para perceber que a filha gastava muito dinheiro com o namorado, que não trabalhava nem estudava. Desconfiavam ainda que a moça consumisse drogas em sua companhia. O pai decidiu proibir o namoro e impediu Daniel de freqüentar sua casa. Suzane passou a namorar escondido de Von Richthofen e começou a faltar às aulas para se encontrar com Daniel. Ela saía do colégio onde estudava e ia de táxi para a casa do namorado. Assim que foi aprovada no vestibular e ganhou o carro, as visitas tornaram-se mais freqüentes. Em lugar de ir para a faculdade, na maioria dos dias, a garota chegava à casa do namorado por volta das 7h30 da manhã e só saía à noite. Seis meses atrás, o pai descobriu que o namoro não havia sido rompido, como imaginava, ficou furioso e decidiu mandar a filha para viver com parentes no interior da Alemanha. Suzane não aceitou e, depois de uma briga feia, parou de falar com ele. Preocupado, Manfred passava quase diariamente no local onde Daniel morava para ver se o carro da filha estava lá quando deveria estar na faculdade. (VEJA, 2002, p. 109, grifo nosso).

O nome “Suzane” é retomado ao longo do parágrafo. Procedimento semelhante é feito com o pronome “ela”. Vejamos o modo pelo qual Veja (re) constrói o sujeito por meio das nominalizações “a moça”, “a garota” e “a filha”.

O primeiro objeto-de-discurso construído no texto é “a filha”. Há três vezes, nesse parágrafo, o termo “filha”. Observemos o seu uso. No início do parágrafo, o termo “filha” remete ao nome “Suzane” assim como nas outras duas vezes, no final do parágrafo. Há uma evidente razão para essa escolha. Notemos que, ao mencionar “filha”, há anteriormente no co-texto uma referência aos termos “pais”, “pai” e “Manfred” (o nome do pai de Suzane), respectivamente. O objeto-de-discurso “moça” é referido uma única vez, depois do termo “filha”, o que, de certa forma, corrobora, anaforicamente, o termo “adolescente” citado no subtítulo da reportagem. Suzane Richthofen tinha apenas 19 anos, portanto, bem adequado nomeá-la como uma “moça”. E, por fim, o objeto-de-discurso “garota”, no co-texto e no contexto, foi empregado adequadamente em sua materialidade. Tanto “moça” quanto “garota” remetem à Suzane – pessoa do sexo feminino, jovem. Agora, o termo “moça” denota um tom mais formal ao texto diferentemente do termo “garota”, o que dá ao texto um certo tom de informalidade. São efeitos de sentido contrários no texto. Em “desconfiavam ainda que a moça...”, a desconfiança é dos pais de Suzane. Tem-se, nesse momento, um tom mais respeitoso por parte da enunciadora. A filha

dos Richthofen é a moça. Em “em lugar de ir para a faculdade, na maioria dos dias, a garota chegava à casa do namorado por volta das 7h30 da manhã e só saía à noite”, o tom discursivo tomado pela revista muda. Aqui não é mais a revista que nos conta uma desconfiança dos pais da moça, mas sim a voz da Veja que aparece mais efetivamente, por isso o termo “garota”, que denota informalidade à passagem do texto, já que se trata da “garota” que não tinha responsabilidade e comprometimento com os estudos, além de manter o namoro com o Daniel às escondidas de seus pais.

2.5 QUARTO PARÁGRAFO

Para concluir esse estudo sobre a referenciação e a orientação argumentativa, falta-nos a análise do último parágrafo. Verificaremos quais novos objetos-de-discurso surgirão e quais se mantêm.

O mundo de Cristian e Daniel era bem diferente do de Suzane. Eles são de uma família de classe média baixa. O pai é funcionário público aposentado e a mãe ajudava no orçamento dando aulas de pintura. Moram num pequeno sobrado numa vila num bairro da Zona Sul de São Paulo, onde Cristian e Daniel são vistos como jovens problemáticos. Os vizinhos contam que desde a adolescência os irmãos consomem drogas e estão envolvidos com o tráfico. Apesar de não trabalharem, Cristian e Daniel têm carros novos e usavam roupas de grife. Há alguns meses, para escapar de traficantes que o ameaçaram de morte, Cristian mudou-se para a casa da avó, em outro bairro. Daniel teve problemas de aprendizado na infância, largou cedo os estudos e não é capaz de pronunciar certos sons. Sua única habilidade é o aeromodelismo. Chegou a ganhar um prêmio pela qualidade de seus modelos. Dois meses atrás, Daniel e Suzane decidiram matar o casal e aproveitar a herança para viver juntos. Suzane então fingiu ter rompido o namoro. A jovem se reaproximou dos pais, passou a conversar mais com a mãe e a sair com o irmão (o que era um pretexto para encontros furtivos com o namorado). A uma amiga, Marízia contou que a filha havia voltado a ser a menina maravilhosa que era antes de conhecer Daniel. Infelizmente, era apenas uma parte do plano para assassinar os próprios pais. (VEJA, 2002, p. 109, grifo nosso).

O último parágrafo da reportagem apresenta alguns aspectos interessantes. Há uma informatividade maior em relação ao namorado de Suzane, inclusive, com objetos-de-discurso bem demarcados no texto de Veja. Vejamos, conforme delimitação já explicitada, as remissões em relação à Suzane e ao crime no qual ela se envolveu. O nome de Suzane se mantém também nesse parágrafo. São nominalizados os termos “a jovem”, “a filha” e

“menina maravilhosa”, estabelecendo uma relação direta com os termos “pais” (os pais de Suzane) e “Marísia” (o nome da mãe de Suzane). Interessante é perceber que “a filha” é a “menina maravilhosa” para Marísia apenas, antes de conhecer Daniel, seu então namorado.

Verificaremos agora as duas últimas “rotulações” ou “sumarizações” claramente construídas no discurso da Veja. Em “o que era um pretexto para encontros furtivos com o namorado” acaba por “recategorizar” a atuação de Suzane para com a sua mãe e irmão, orientando argumentativamente o enunciado sob uma determinada perspectiva: fazer com que o leitor “enxergue” Suzane como uma garota dissimulada e mentirosa, já que ela usa de “pretextos afetivos” para ganhar a confiança dos pais. Já, ao final da reportagem, tem-se, novamente, uma outra orientação argumentativa construída por meio de um novo “encapsulamento” ou rótulo. Em “Infelizmente, era apenas parte do plano para assassinar os próprios pais”, Veja, que já tinha orientado o enunciado, conforme explicação anterior, faz uma nova orientação argumentativa. Ao falar de plano, chama o leitor a com ela compartilhar de determinado ponto de vista: Suzane armou, planejou o crime. Trata-se, então, de uma jovem que premeditou o assassinato contra os seus próprios pais e que, infelizmente, de “menina maravilhosa” não tem nada. Essa nominalização, no discurso da revista, chega, em certa medida, a constituir uma passagem de tom irônico, gerando um efeito de sentido bem construído, segundo a intencionalidade do “projeto de dizer” de Veja.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por este recorte de análise da primeira reportagem publicada, sobre o caso Richthofen, na Revista Veja, podemos constatar que, de fato, não existe neutralidade discursiva. Em outras palavras, o produtor do texto não produz o seu enunciado de maneira totalmente imparcial. O enunciado, pressuposto pela enunciação, deixa as marcas avaliativas, opinativas e até mesmo ideológicas de quem o produziu.

Podemos ainda perceber que tais marcas são manifestadas no e pelo discurso por meio dos objetos-de-discurso que (re) constroem a “realidade”. Tal “realidade”, no contexto e no co-texto do discurso, é de caráter evolutivo, pois os referentes modificam-se à proporção que o discurso progride, avança. Isso faz com que o discurso não fique preso, “parado” ou sem “novidades”. Muito pelo contrário, a progressão textual contribui para a

“textualidade” que deve ser inerente a qualquer tipo de texto.

O caso Richthofen, publicado pela primeira vez na revista *Veja*, permitiu-nos verificar o posicionamento prévio adotado pela enunciadora. Anáforas, catáforas e elipses foram construídas, por algumas vezes, para favorecer a coerência e, principalmente, a coesão do texto. Em outras ocorrências, é possível identificarmos o sujeito Suzane Richthofen e o crime no qual ela se envolve não como “realidades independentes”, mas como objetos-de-discurso próprios da atividade discursiva.

Conforme Koch e Marcuschi (1998 : 04), “Referir não é mais uma atividade de “etiquetar” um mundo existente (...)”. Nesse sentido, a realidade é construída, ressignificada, “recategorizada”, principalmente, por recursos referenciais analisados nessa proposta de estudo: as nominalizações ou as descrições nominais e os encapsulamentos ou sumarizações.

Essas estratégias da referenciação oferecem-nos informações adicionais que acabam por orientar o enunciado sob determinada visão ou ponto de vista por parte de quem o produziu. *Veja* desde a construção do título até o último parágrafo deixa as suas marcas lingüísticas na superfície textual, conduzindo o leitor a com ela “recategorizar” Suzane e o crime. Podemos afirmar que é o modo como se articulam os elementos constituintes da referenciação que cria, por assim dizer, as “realidades”. Parece-nos claro, depois de criteriosa análise, afirmar também que Suzane apresenta várias “realidades”: ela é jovem, moça, filha, garota, menina maravilhosa, farsante, assassina. E o crime é inicialmente um crime, depois assassinato, farsa, até constituir-se como um plano de morte.

Assim, a escolha de referentes está diretamente ligada à construção de determinados efeitos de sentido, ou seja, a referenciação está ligada à proposta de produção de sentido do produtor do texto.

4.0 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Estudos do discurso. In: FIORIN, José Luiz. **Introdução à lingüística II: princípios de análise**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 186-219.
- BENTES, Anna Chistina. Lingüística textual. In: BENTES, Anna Chistina & MUSSALIM, Fernanda. **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras** (orgs.). V. 1, São Paulo: Cortez, 2001. p. 245-283.
- CARELLI, Gabriela & ZAKABI, Rosana. Ela matou os próprios pais. **VEJA**, São Paulo: Abril, ano 35, n. 45, p. 108-109, 13 nov. 2002.

CARNEIRO, Agostinho Dias. **Redação em construção: a escritura do texto**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2001. p. 36-41.

EDITORA ABRIL. **Fale conosco**. Disponível em: <<http://vejaonline.abril.com.br/noticia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=1>>. Acesso em: 23 nov. 2006.

GUIMARÃES, Elisa. **A articulação do texto**. 9.ed. São Paulo: Ática, 2004.

INGEDORE, Villaça Koch. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, Ingedore Villaça, MORATO, Edwiges Maria & BENTES, Anna Chistina (orgs.). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 33-52.

INGEDORE, Villaça Koch. & ELIAS, Vanda Maria. Referenciação e progressão referencial. In: INGEDORE, Villaça Koch & ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 123-135.

INGEDORE, Villaça Koch. & ELIAS, Vanda Maria. Funções das expressões nominais referenciais. In: INGEDORE, Villaça Koch & ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 136-149.

INGEDORE, Villaça Koch. & MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Processos de referenciação na produção discursiva**. In: DELTA, 1998, Vol. 14, p. 01-16.